

Nível de evidenciação de informações socioambientais em empresas listadas na B3 nos setores de madeira, papel e celulose

Laura Brandão Costa (UFU) - laurab_costa@hotmail.com

Fábio Almeida de Lima (UFU) - almeida01@live.com

Pollianay Maisa Alves (UFU) - alvespoliany@gmail.com

Resumo:

Periodicamente as empresas divulgam relatórios financeiros com o objetivo de evidenciar informações sobre seus investimentos e desempenhos operacionais. Assim, a Contabilidade é influenciada por fatores sociais, ambientais e econômicas, e por isso, têm-se discutido a necessidade de definição de relatórios contidos de informações sociais e ambientais. Frente à uma análise acerca da divulgação de informações acerca da sustentabilidade e impactos socioambientais das empresas na comunidade em que está inserida, o objetivo desta pesquisa foi verificar o nível de divulgação voluntária de informações socioambientais de acordo com as recomendações da norma NBC T15, de empresas dos setores de madeira, papel e celulose listadas na B3. Os principais achados deste estudo apontaram que determinadas empresas divulgam o Relatório GRI, de caráter socioambiental voluntariamente. Por outro lado, é baixo o nível de evidenciação de informações acerca dos recursos humanos, mas há uma melhora quanto ao nível de divulgação de informações acerca da interação das empresas com o ambiente externo e meio ambiente, conforme recomendadas pela norma NBC T15.

Palavras-chave: *Informações socioambientais; relatórios contábeis; NBCT 15; Madeira, papel e celulose*

Área temática: *Contabilidade para Usuários Externos*

NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS EM EMPRESAS LISTADAS NA B3 NOS SETORES DE MADEIRA, PAPEL E CELULOSE

Resumo

Periodicamente as empresas divulgam relatórios financeiros com o objetivo de evidenciar informações sobre seus investimentos e desempenhos operacionais. Assim, a Contabilidade é influenciada por fatores sociais, ambientais e econômicas, e por isso, têm-se discutido a necessidade de definição de relatórios contidos de informações sociais e ambientais. Frente à uma análise acerca da divulgação de informações acerca da sustentabilidade e impactos socioambientais das empresas na comunidade em que está inserida, o objetivo desta pesquisa foi verificar o nível de divulgação voluntária de informações socioambientais de acordo com as recomendações da norma NBC T15, de empresas dos setores de madeira, papel e celulose listadas na B3. Os principais achados deste estudo apontaram que determinadas empresas divulgam o Relatório GRI, de caráter socioambiental voluntariamente. Por outro lado, é baixo o nível de evidenciação de informações acerca dos recursos humanos, mas há uma melhora quanto ao nível de divulgação de informações acerca da interação das empresas com o ambiente externo e meio ambiente, conforme recomendadas pela norma NBC T15.

Palavras-chave: Informações socioambientais; relatórios contábeis; NBCT 15; Madeira, papel e celulose.

Área temática do evento: Contabilidade para Usuários Externos.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação socioambiental vem sendo um assunto muito discutido em diversas áreas. De acordo com Santos et al. (2015), a preocupação socioambiental promove certa adoção de práticas que são tomadas pelas entidades, e que quando tomadas, estimulam a imagem da empresa perante a sociedade.

Para Kraemer (2011), a Responsabilidade Ambiental juntamente com a contabilidade, define-se como um instrumento informacional e de tomada de decisões para o registro e mensuração aos acontecimentos relativos ao meio ambiente.

Desse modo, segundo Ribeiro (2012), a Contabilidade é influenciada por fatores sociais, ambientais e econômicas, fazendo com que se tenha necessidade de informações gerenciais de modo a entender os impactos das organizações frente à sustentabilidade. Assim, para que se atenda as diferentes exigências dos vários tipos de negócios, houve o surgimento dos relatórios socioambientais para que as atividades das empresas fossem alinhadas ao desenvolvimento sustentável (RODRIGUES; DUARTE, 2011).

Frente a isso, as empresas de capital aberto vêm adotando as práticas de sustentabilidade como um diferencial. Em estudo realizado por Cruz e Lima (2010), o nível de divulgação voluntária de aspectos socioambientais pelas empresas de capital aberto, vem aumentando já que as entidades estão fornecendo aos *stakeholders*, uma parcela maior de *disclosure* voluntário.

Nesse sentido, os relatórios ambientais, de acordo com Calixto, Barbosa e Lima (2007) possibilitam uma entidade se adequar as mudanças que acontecem no mercado e na sociedade contribuindo também na transparência e no diálogo com seus *stakeholders*. Para

tanto, são utilizados demonstrações como a Demonstração do Valor Adicionado e outros relatórios de divulgação voluntária como Balanço Social e Relatório Integrado.

Segundo o relatório do BNDES (2017), o Brasil é altamente eficiente na produção de celulose. As condições edafooclimáticas e o investimento histórico em pesquisa e desenvolvimento florestal contribuem para sua alta competitividade e vem resultando em um crescimento de produção de celulose desde o início dos anos 90.

Nossa (2002) considera o setor de papel e celulose como aqueles que mais geram impactos ao meio ambiente e apontou em seu estudo, uma carência na literatura que aborda a evidenciação de informações ambientais nestes setores. Gasparino e Ribeiro (2007) destacam que o setor de celulose é completamente dependente da natureza e se essas empresas pertencentes a este segmento não se conscientizarem da necessidade de ser socialmente responsável, sua continuidade pode ser comprometida.

Considerando a contextualização discutida anteriormente, a presente pesquisa possui de como objetivo verificar o nível divulgação voluntária de informações socioambientais em consonância com as recomendações da norma NBC T15, nos relatórios e documentos emitidos por empresas de capital aberto dos setores de madeira, papel e celulose, listadas na B3. Frente a isso, a justificativa deste estudo se deve ao fato de que as empresas destes setores são submetidos à rigorosa legislação ambiental devido à natureza de suas atividades operacionais, além de que, a busca de se tornar companhias sustentáveis e socialmente responsáveis vêm aumentando no contexto empresarial (MACHADO et al., 2015).

Desse modo, levando em conta a justificativa e relevância deste estudo para empresas dos setores analisados, visto que disponibilizam e evidenciam informações financeiras e socioambientais, de modo voluntário tanto para investidores quanto para usuários interessados, a pesquisa contribui na sensibilização e reflexão do papel das empresas enquanto desenvolvedoras de comunidades com relação ao desenvolvimento socioeconômico. Além disso, como contribuição prática, espera-se que a pesquisa apoiada em estudos anteriores, conscientize as companhias do presente setor investigado na gestão ambiental e responsabilidade ambiental em suas atividades, considerando seus reflexos na sustentabilidade e no âmbito de recursos humanos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Os setores de madeira, papel e celulose

O setor de base florestal é dividido em dois grandes grupos: madeireiros e não madeireiros. O primeiro abrange os produtos de madeira processada mecanicamente, tais como celulose e papel, painéis reconstituídos, lenha e carvão, dentre outros. Assim, o setor madeiro é classificado como parte da indústria de transformação e é importante para o crescimento da economia brasileira. As atividades ligadas ao setor florestal são responsáveis ainda por uma parcela relevante do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, além de ser grande responsável na geração de empregos em âmbito nacional (ABIMCI, 2007).

Já o setor de papel e celulose é composto pelo conjunto de indústrias de celulose, de papel e a de artefatos de papéis. A indústria de papel é composta por empresas que produzem celulose e pasta de alto rendimento (principal insumo usado na fabricação de papel). Ademais, a indústria de papéis é definida pelas empresas produtoras de papéis classificadas em: papéis de imprensa, de imprimir e escrever, embalagem, sanitários, cartão e para outros fins. Por fim, na indústria de artefatos de papéis estão os fabricantes de embalagens de papeis e de outros artefatos (MONTEBELLO, 2010).

Ainda segundo a autora, o setor foi favorecido com políticas econômicas brasileiras, entre os anos de 1950 e 1989, e desde então apresentou uma trajetória ascendente e com alguns fatores que contribuíram para a vantagem da competitividade do Brasil em relação aos concorrentes mundiais, a saber: baixo custo de obtenção de madeira e de energia no país e um parque industrial relativamente moderno no setor de análise. Além disso, outro fator relevante é a alta produtividade nos plantios florestais devido as condições edafoclimáticas privilegiadas, que permite excelente produção de eucalipto que é a principal fonte de produção de celulose no Brasil. Por último, desde o desenvolvimento tecnológico no setor de papel e celulose, desde a década de 1980 o país investe em inovações tecnológicas na silvicultura e na indústria de celulose (MONTEBELLO, 2010).

Na produção de matérias-primas e no processo de industrialização, as indústrias do setor de papel e celulose lidam diretamente com o meio ambiente. Nesse sentido, para que as empresas obtenham seus insumos, necessitam de grande quantidade de terras para plantação de suas florestas e também, estarem atentas para aos mecanismos de preservação da fauna e das reservas florestais obrigatórias (NOSSA, 2002).

De acordo com Freitas e Oleiro (2011), as empresas de alguns setores econômicos, como o de papel, celulose, madeira, petroquímicos, extração de minerais e energia elétrica, recebem pressão por parte da sociedade em decorrência de serem grandes corporações, de ter instalações próximas a rios e oceanos e principalmente por suas atividades serem altamente poluidoras.

Considerando a discussão apontada anteriormente frente aos setores de madeira, papel e celulose, verifica-se que as empresas pertencentes à eles, devem executar suas atividades operacionais baseando-se em ações sustentáveis, já que utilizam principalmente recursos naturais e que são constantemente fiscalizados pela comunidade.

2.2 Contabilidade ambiental

Considerando a tecnologia e a evolução do mercado, busca-se cada vez mais um desenvolvimento sustentável de diversas organizações devido à preocupação ambiental, para que impactos resultantes da utilização de recursos naturais por elas sejam minimizados. Freitas e Oleiro (2011) apontam que as práticas ambientais são consideradas como estratégias adotadas pelas entidades, que buscam alternativas para redução de impactos ambientais devido ao seu processo produtivo ou pela utilização de recursos naturais.

Veroneze et al. (2016) assentam então, que a Contabilidade Ambiental surge com o propósito de apresentar resultados das interações das entidades perante o meio ambiente, de modo que encontre a melhor maneira para um desenvolvimento sustentável.

Considerando a preocupação de diversas organizações de inúmeros setores de atuação acerca da divulgação de seus investimentos no meio ambiente frente a sociedade e seus investidores, o papel da contabilidade ambiental e sustentabilidade de seus negócios, muitas entidades vêm evidenciando a necessidade das boas práticas de governança corporativa e a necessidade da preservação do meio ambiente (RIBEIRO et al., 2017).

Segundo Caetano e Eugénio (2015), o Relatório de Sustentabilidade consiste em divulgar e mensurar o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. No entanto, é importante ressaltar que essa divulgação é realizada de forma voluntária por ela própria.

O *Global Reporting Initiative* (GRI), através de diretrizes, define-se em um conceito de Relatório de Sustentabilidade, criando relações entre desempenho econômico, ambiental e social. De acordo com Gasparino e Ribeiro (2007), a sustentabilidade só pode ser atingida

quando se alcança um sucesso e equilíbrio dessas três diretrizes, sem afetar o crescimento futuro.

Além disso, com a finalidade de englobar relatórios contábeis de informações com naturezas social e ambiental, Carvalho e Kassai (2014) apontam que o Relato Integrado objetiva abordar tais elementos de modo que atendam diversos tipos de capitais, alternativas de negociação e criar valor para acionistas das empresas.

O GRI ainda, segundo Santos et al. (2015), consiste em um relatório de caráter social, ambiental e econômico, com a função de realizar comparabilidade através de indicadores e diretrizes, auxiliando na elaboração de relatórios socioambientais. Os autores assentam que o Balanço Social é definido como um tipo de relatório social utilizado pelas entidades, demonstrando o seu desempenho social, que ainda abrange informações socioambientais voltadas para a categoria de recursos humanos.

Abordando também informações socioambientais, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é uma demonstração utilizada na gestão, onde registra informações de suma importância para continuidade da entidade. A DVA permite também uma visão geral de como e para onde está indo a riqueza que a empresa gerou e distribuiu frente à comunidade, colaboradores e acionistas (PICCOLI; DUARTE; LEDER, 2018).

Portanto, a Contabilidade Ambiental e a divulgação de relatórios que abordam informações de natureza social e ambiental, mesmo que de forma voluntária, auxilia na demonstração em como uma entidade está utilizando recursos naturais e humanos e de que forma ela está contribuindo ou adotando práticas sustentáveis. Nesse sentido, os relatórios podem evidenciar o progresso do uso da sustentabilidade e da criação de valores de sustentabilidade, já que podem ser considerados de interesse de diferentes *stakeholders*.

2.3 NBC T15

Em 2004, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC aprovou a NBC T15 através da Resolução CFC nº 1.003/04, que aborda quanto às informações sociais e ambientais, diversos itens que devem ser divulgados pelas entidades, classificados nos tópicos de geração e distribuição de riquezas; recursos humanos; sua interação com o ambiente externo e também com o meio ambiente, extraíndo ou não, tais informações da contabilidade, sendo itens evidenciados à parte, não se definindo como notas explicativas, e divulgadas de maneira comparativas em períodos atual e anterior nos relatórios publicados (CFC, 2004).

Santos et al. (2015) investigaram o nível de adesão à norma NBC T15 referente ao item de recursos humanos de Balanços Sociais publicados pelos CFCs e CRCs do Sul e Sudeste em 2012. Os autores apontaram que os órgãos evidenciaram informações em consonância com a norma, mas alguns itens deixam a desejar. Diante disso, assentaram que nenhum conselho divulgou todas as informações em sua totalidade, nem em grau de insuficiência e reforçaram que como órgãos reguladores, não são referências para outras entidades.

Ao analisar o setor de energia elétrica de empresas de capital aberto nos anos de 2006 a 2014, Mello, Hollnagel e Cei (2016) apontaram que o elemento com maior evidenciação nos relatórios quanto à NBC T15, se refere à investimentos e gastos com outros projetos ambientais e o menos, quantidade de processos movidos contra a entidade, demonstrando pouca transparência aos *stakeholders*, o que resulta em conotação negativa, prejudicando a imagem das empresas.

Costa (2018) investigou o nível de evidenciação de informações recomendadas pela NBC T15 em empresas de capital aberto do setor de mineração nos anos de 2016 e 2017. A

autora verificou que as empresas analisadas não divulgaram de maneira abrangente, não atendendo satisfatoriamente às recomendações da norma, apesar de em vários momentos nos relatórios publicados, ser destacado que as empresas prezam por transparência e responsabilidade social.

Considerando então a relevância de se evidenciar informações sociais e ambientais em relatórios publicados por diversas entidades para os usuários interessados, se faz necessário uma discussão quanto ao nível de evidenciação dessas informações devido aos seus impactos perante às empresas, à comunidade e ao meio ambiente.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objetivo desta pesquisa é verificar o nível de divulgação voluntária de informações socioambientais de acordo com as recomendações da norma NBC T15, de empresas dos setores de madeira, papel e celulose listadas na B3. Nesse sentido, este estudo é classificado quanto ao objetivo como descritivo, visto que, segundo Martins e Theóphilo (2007) organiza, sumariza e descreve as informações conforme dados investigados, se caracterizando ainda, uma pesquisa de abordagem quantitativa.

A amostra é definida por empresas de capital aberto listadas na B3 nos setores de madeira, papel e celulose, composta então de 8 empresas, conforme a Tabela 1. A escolha destes setores para investigação, se deve ao fato de que são submetidos à rigorosa legislação ambiental devido à natureza de suas atividades operacionais, além de que, a busca de empresas sustentáveis e socialmente responsáveis vêm aumentando no contexto empresarial (MACHADO et al., 2015).

Tabela 1 – Composição da amostra da pesquisa

Setor de atuação	Empresa	Atividade principal
Madeira	Duratex S.A.	Fabricação, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais e materiais cerâmicos
	Eucatex S.A. Indústria e Comércio	Indústria e comércio de chapas de fibra de madeira
Papel e celulose	Celulose Irani S.A.	Fabricação de papel para embalagem de papelão ondulado e resinas
	Cia Melhoramentos de São Paulo	Materiais básicos, madeira e papel e celulose
	Klabin S.A.	Empresa brasileira de base florestal, produtora de papeis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais, recicladora e produtora de toras para serrarias
	Santher Fab. de Papel Sta Therezinha S.A.	Produção de papeis higiênicos, guardanapos, absorventes, fraldas, protetores, produtos de higiene e produtos domissanitários em geral
	Suzano Holding S.A.	Sociedade holding
	Suzano Papel e Celulose S.A.	Indústria e comércio de papel e celulose

Fonte: B3 (2019).

No que tange aos procedimentos de coleta e análise dos dados, a pesquisa se enquadra como documental, visto que irá investigar e analisar, relatórios de caráter financeiros e não financeiros, com o intuito de verificar todas as informações disponibilizadas pelas próprias empresas de acordo com as recomendações da norma NBC T15.

Deste modo, serão investigados os documentos publicados pelas empresas em suas páginas institucionais e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do ano de 2018, por ser o período mais recente, sendo portanto, uma amostra por conveniência, levando em conta uma discussão baseada somente em um ano para análise.

Para início da coleta de dados, em um primeiro momento, foi definido um *checklist* em consonância com as recomendações da NBC T15, utilizada como roteiro para investigar se as empresas reportaram qualquer informação acerca dos respectivos itens apresentados no Quadro 1, definindo então para cada item e para cada empresa como ‘Divulga’ ou ‘Não Divulga’.

Quadro 1 – Itens recomendados pela NBC T15 (2004).

Item	Informações de Natureza Social e Ambiental
A	Geração e Distribuição de Riqueza
1	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
B	Recursos Humanos
2	Remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e anônimos
3	Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e administradores
4	Gastos com encargos sociais
5	Gastos com alimentação
6	Gastos com transporte
7	Gastos com previdência privada
8	Gastos com saúde
9	Gastos com segurança e medicina do trabalho
10	Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)
11	Gastos com cultura
12	Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional
13	Gastos com creches ou auxílios-creches
14	Participações nos lucros ou resultados
15	Total de empregados no final do exercício
16	Total de admissões
17	Total de demissões
18	Total de estagiários no final do exercício
19	Total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício
20	Total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício
21	Total de empregados por sexo
22	Total de empregados por faixa etária
23	Total de empregados por nível de escolaridade
24	Percentual de ocupantes de cargos por chefia, por sexo
25	Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade
26	Número de processos trabalhistas julgados procedentes
27	Número de processos trabalhistas julgados improcedentes
28	Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça
C	Interação da Entidade com o Ambiente Externo

29	Educação, exceto a de caráter ambiental
30	Cultura
31	Saúde e saneamento
32	Esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária
33	Alimentação
34	Número de reclamações recebidas diretamente na entidade
35	Número de reclamações recebidas por meio de órgãos de proteção e defesa do consumidor
36	Número de reclamações recebidas por meio da Justiça
37	Número de reclamações atendidas em cada instância arrolada
38	Montante de multas e indenizações e clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça
39	Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações
D	Interação da Entidade com o Meio Ambiente
40	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente
41	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados
42	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade
43	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade
44	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais
45	Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade
46	Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente
47	Passivos e contingências ambientais

Fonte: CFC (2004).

Para que as empresas fossem classificadas quanto ao grau de evidenciação de informações socioambientais, de acordo com os itens analisados pelo *checklist* da NBC T15, categorias definidas por Faria e Pereira (2009) foram utilizadas para tais classificações das companhias conforme nível de evidenciação, apontadas no Quadro 2:

Quadro 2 – Classificação do nível de informações socioambientais das companhias.

Respostas Positivas	Nível de Evidenciação
1% a 25%	Ruim
26% a 50%	Regular
51% a 70%	Bom
71% a 100%	Ótimo

Fonte: Faria e Pereira (2009).

Assim, de acordo com o nível de respostas positivas ‘Divulga’ para cada item do *checklist* definido, foi possível atribuir conceitos às empresas, classificando-as conforme o nível de evidenciação de informações socioambientais por elas divulgadas (FARIA; PEREIRA, 2009). Dessa forma, para cada conjunto de itens conforme o *checklist*, uma classificação será definida para cada empresa, individualmente.

Através da identificação, investigação dos materiais disponíveis, enumeração e classificação dos dados para verificar o nível de divulgação de informações socioambientais, procedeu-se posteriormente, para uma análise de conteúdo (GIL, 2014).

Desse modo, investigou-se a frequência e o contexto em que determinadas palavras-chave foram ressaltadas nos documentos analisados neste estudo, baseando-se em termos

definidos por Faria e Pereira (2009) a saber: ‘ambiental(is)’ (AMB); ‘desenvolvimento sustentável’ (DES); ‘meio ambiente’ (MEA); ‘responsabilidade social(is)’ (RES); ‘socioambiental(is)’ (SOA) e ‘sustentabilidade’ (SUT). Dessa maneira, o objetivo deste procedimento foi verificar a quantidade de termos de caráter socioambientais apresentados anteriormente, ressaltando e verificando as situações ou contextos destes assuntos. Foram utilizadas nesta etapa, a frequência absoluta e percentual para análise dos dados, verificando de maneira quantitativa os dados analisados. Ressalta-se que a coleta de dados, se concentrou no período de abril de 2019.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme discussão sobre a atuação de empresas dos setores de madeira, papel e celulose, divulgados pelas além de ressaltar a evidenciação de informações de caráter socioambiental em relatórios empresas, neste tópico serão apresentados os resultados encontrados nesta pesquisa.

A primeira etapa para início da coleta de dados, foi verificar os relatórios e documentos publicados pelas empresas da amostra desta pesquisa, do ano de 2018, dentre os obrigatórios e voluntários para companhias de capital aberto. Foram verificados a presença dos seguintes relatórios: Demonstrações Financeiras Anuais, Formulário de Referência, Relatório Anual, Relatório de Sustentabilidade, Relato Integrado e Relatório GRI.

Quanto ao documento de Demonstrações Financeiras Anuais e Formulário de Referência, todas as companhias fizeram sua divulgação. Verificou-se que somente a Duratex S.A. divulgou o Relatório Anual. Com relação ao Relatório de Sustentabilidade, a Celulose Irani S.A. foi a única companhia a divulgar tal documento em 2018, sendo que a Cia Melhoramentos de São Paulo e a Suzano Papel e Celulose S.A. publicaram somente dos anos de 2011 a 2017.

Com relação aos relatórios não financeiros que abordam conteúdo de cunho socioambiental, foi verificado que nenhuma empresa divulgou o Balanço Social em 2018. No que tange ao Relato Integrado, não houve publicação de nenhuma companhia, exceto pela Duratex S.A., a única companhia que apontou em seu Relatório Anual, que foi elaborado a partir de diretrizes do Relato Integrado, o qual aborda um processo de gestão e controle, com o objetivo de substituir relatórios corporativos resultando em comunicação e criação de valor e comunicação baseada em estratégia, governança e desempenho (CARVALHO; KASSAI, 2014).

A GRI atua como organização que estabelece padrões para relatórios de caráter social, ambiental e econômico, auxiliando empresas na elaboração de documentos de sustentabilidade (FREITAS; FREIRE, 2017). Dentre os relatórios das companhias analisadas do período de 2018, somente a Celulose Irani S.A. publicou o Relatório GRI em separado. No entanto, a Duratex S.A. divulgou em seu Relatório Anual, que divulga informações socioambientais em conformidade com as diretrizes do GRI.

Nesse sentido, verifica-se que, apesar de a evidenciação de informações ambientais em relatórios emitidos pelas companhias de capital aberto não ser obrigatória, algumas empresas, exclusivamente dos setores de madeira, papel e celulose, evidenciam de modo voluntário informações socioambientais, até mesmo em padrões internacionais.

A segunda etapa da pesquisa, consistiu em verificar o nível de evidenciação de informações socioambientais conforme as recomendações da NBC T15. O Quadro 3 apresenta os resultados desta investigação:

Quadro 3 – Nível de evidenciação de informações sociais e ambientais conforme NBC T15

Empresa	Nível de divulgação de informações conforme NBC T15						
	Geração e Distribuição de Riqueza	Recursos Humanos	Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Interação da Entidade com o Meio Ambiente			
Duratex S.A.	Sim	51,85%	Bom	54,55%	Bom	37,50%	Regular
Eucatex S.A.	Sim	40,74%	Regular	9,09%	Ruim	62,50%	Bom
Celulose Irani S.A.	Sim	74,07%	Ótimo	45,45%	Regular	87,50%	Ótimo
Cia Melhoramentos de São Paulo	Sim	51,85%	Bom	0,00%	Ruim	0,00%	Ruim
Klabin S.A.	Sim	33,33%	Regular	27,27%	Regular	50,00%	Regular
Santher S.A.	Sim	22,22%	Ruim	0,00%	Ruim	62,50%	Bom
Suzano Holding S.A.	Sim	48,15%	Regular	9,09%	Ruim	62,50%	Bom
Suzano Papel e Celulose S.A.	Sim	59,26%	Regular	9,09%	Ruim	87,50%	Ótimo

Fonte: Dados da pesquisa com base nas classificações de Farias e Pereira (2009).

Através do Quadro 3, foi verificado que todas as empresas divulgaram a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) através do relatório Demonstrações Financeiras Anuais, dado que é uma demonstração contábil obrigatória para companhias de capital aberto e sendo assim, a geração e distribuição de riqueza das empresas foram evidenciadas conforme as recomendações da NBC T15.

Quanto à divulgação de informações que tangem aos recursos humanos, as empresas não vem evidenciando de maneira satisfatória os itens que abrangem as recomendações da NBC T15, classificando-se quanto ao nível de evidenciação de tais informações, entre ‘Ruim’ a ‘Ótimo’. Nesse sentido, foi observado que de forma geral, todas as empresas vem divulgando itens de remuneração bruta segregada por empregados, terceirizados, administradores, etc., gastos com encargos sociais, número de processos trabalhistas movidos contra a entidade e valor de indenizações e multas pagas por determinação da justiça, conforme o Quadro 3. No entanto, total de admissões, demissões, gastos com alimentação e transporte, por exemplo, de seus colaboradores, não foram evidenciados pelas companhias.

Com relação à informações sobre a interação da entidade com o ambiente externo, verifica-se pelo Quadro 3, que as empresas foram classificadas de modo inferior, sendo que os níveis de evidenciação de tais informações foram definidas em ‘Ruim’, ‘Regular’ e ‘Ótimo’. Apesar de que não houve evidenciação de tais informações nos relatórios de modo abrangente, as empresas divulgaram, na maior parte, assuntos de educação com relação à incentivos aos colaboradores, dando auxílio em estudos, além de projetos sociais e cultura. Entretanto, informações sobre reclamações de clientes sobre as companhias e indenizações, não foram evidenciadas nos relatórios investigados. De maneira similar, Costa (2018) evidenciou em estudo, que empresas de mineração em 2016 e 2017 não evidenciaram de maneira satisfatória estes itens em seus relatórios.

Tais achados corroboram com os resultados obtidos por Mello, Hollnagel e Cei (2016) que apontaram que o elemento com maior evidenciação nos relatórios quanto à NBC T15, se refere à investimentos e gastos com outros projetos ambientais. De maneira similar o item com menor evidência nos relatórios foram a quantidade de processos movidos contra a entidade, demonstrando pouca transparência.

No que tange às informações da interação da entidade com o meio ambiente, a Cia Melhoramentos de São Paulo foi a única empresa que não evidenciou nenhum item. Ao

contrário, tais informações se mostraram muito evidentes nos relatórios das companhias investigadas, que tiveram melhores classificações, entre ‘Regular’, ‘Bom’ e ‘Ótimo’, conforme Quadro 3. Diante disso, informações das companhias perante ao meio ambiente, itens de investimentos e gastos das entidades com projetos ambientais e manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente, se mostraram com maior divulgação. Desse modo, verifica-se que as empresas vem evidenciando sua interação com o meio ambiente de modo positivo, destacando projetos ambientais, educação ambiental para colaboradores e comunidade e também multas e indenizações as quais foram submetidas devido à processos movidos contra as entidades.

O terceiro passo desta pesquisa, concentrou-se na análise de conteúdo com o objetivo de verificar a quantidade de citações de termos-chave pré-definidos, identificando o contexto e situações em que tais palavras são destacadas nos relatórios divulgados pelas empresas da amostra. O Quadro 4 aponta os resultados encontrados:

Quadro 4 – Quantidade de citações de palavras-chave de caráter social e ambiental

Empresa	Termos-chave						Total geral
	AMB	DES	MEA	RES	SOA	SUT	
Duratex S.A.	79	0	17	0	34	59	189
Eucatex S.A.	35	3	10	0	7	14	69
Celulose Irani S.A.	236	5	6	6	37	85	375
Cia Melhoramentos de São Paulo	15	1	4	0	4	3	27
Klabin S.A.	95	9	15	2	3	32	156
Santher S.A.	21	0	3	0	0	8	32
Suzano Holding S.A.	51	4	6	0	9	8	78
Suzano Papel e Celulose S.A.	55	3	9	1	13	15	96
Total de citações (f)	587	25	70	9	107	224	1022
Percentual (f%)	57,43	2,44	6,84	0,88	10,46	21,91	100

Fonte: Dados da pesquisa.

O Quadro 4 apresenta os resultados relativos às frequências absoluta e percentual, no que tange aos aspectos quantitativos dos termos chave definidos para investigação nos relatórios publicados pelas empresas da amostra. É possível verificar que o termo ‘ambiental(is)’ aparece com 57,43% (587 vezes) em citações nos documentos, evidenciando em diversos momentos, a preocupação das companhias com as suas operações frente à legislação ambiental, bem como projetos e ações ambientalistas e também, indenizações e processos ambientais.

De maneira significante, o termo ‘sustentabilidade’ aparece também com evidência nos documentos analisados. Em momentos que são citados nos relatórios, ressalta na maioria das vez o compromisso das empresas com a biodiversidade e o trabalho dos seus colaboradores perante a melhoria de processos e engajamento com o desenvolvimento com a comunidade. Além disso, destacam que almejam resultados de maneira sustentável nas suas cadeias de valor, com a consciência suas interferências comunidades em que estão inseridas, contribuindo com o seu desenvolvimento socioeconômico.

Ao contrário, o termo ‘responsabilidade social’ é o que tem menor evidência nos relatórios das empresas, no entanto, em momentos em que é citado, abrange práticas ambientais e consciência da entidade na responsabilidade social de praticar suas atividades e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, apesar de pouca abrangência nos documentos

investigados, há a apresentação de informações sobre os esforços das empresas na contribuição e desenvolvimento na comunidade em que está inserida, promovendo atividades de educação, cultura, esporte e meio ambiente.

Considerando o baixo número de termos chave evidenciados nos relatórios e documentos publicados investigados nesta pesquisa, aponta-se que as empresas compostas desta amostra, levando em conta, a natureza de suas atividades que afetam diretamente o meio ambiente e a comunidade entorno as quais estão inseridas, se faz necessário que se evidencie de modo mais abrangente assunto de caráter socioambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi verificar o nível de divulgação voluntária de informações socioambientais de acordo com as recomendações da norma NBC T15, de empresas dos setores de madeira, papel e celulose listadas na B3.

Considerando a relevância dos relatórios contábeis divulgados pelas empresas de modo obrigatório ou voluntário, percebe-se que os diferentes tipos de documentos contribuem com a divulgação de informações sociais e ambientais de organizações de diferentes setores no que diz respeito à sua utilização de recursos naturais, bem como recursos humanos e capital investido, para seus diversos *stakeholders*.

Conforme discutido, dentre os principais resultados desta pesquisa, apontou-se que, para as empresas de capital aberto listadas na B3 que atuam nos setores de madeira, papel e celulose no período de 2018 investigado, que de forma geral são baixos os níveis de divulgação de itens recomendados pela NBC T15, com relação aos recursos humanos. Por outro lado, os níveis de evidenciação sobre a interação das empresas investigadas quanto ao ambiente externo e o meio ambiente, apresentam uma melhora, ou seja, as entidades apontam mais detalhes e informações sobre esses quesitos utilizando-se principalmente de Formulário de Referência, Relatório Anual e em poucos casos, o Relatório GRI.

Além disso, os resultados corroboram com outras pesquisas, considerando que o maior nível de evidenciação de itens divulgados pelas empresas da amostra analisada, divulgam na maioria, informações sobre investimentos e gastos com projetos ambientais, o que indicam a conscientização dessas empresas frente à sua responsabilidade socioambiental no que diz respeito às atividades de suas operações e o que estão utilizando para corrigirem ou evitarem possíveis danos ambientais acerca da comunidade em que estão inseridas.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir na reflexão dos diferentes *stakeholders* interessados nos setores de madeira, papel e celulose analisados, quanto à importância do conhecimento de diferentes informações socioambientais, considerando que tais operações possam impactar diretamente a utilização de recursos humanos e naturais nessas organizações.

Ressalta-se que, no que tange às limitações desta pesquisa, os resultados não podem ser generalizados para outras empresas de outros setores, bem como de outros períodos, pois delimitam-se às companhias da amostra investigada, suas políticas de divulgação e aos relatórios e documentos investigados.

REFERÊNCIAS

ABIMCI Estudo Setorial 2007. Disponível em: <<http://www.abimci.com.br/wp-content/uploads/2014/02/2007.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

BNDES. Panoramas setoriais 2030: papel e celulose. 2017. Disponível em: <https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14241/2/Panoramas%20Setoriais%2020230%20-%20Papel%20e%20celulose_P.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2019.

CAETANO, D. da C; EUGÉNIO, T. C. P. Relato de sustentabilidade de empresas da construção civil em Portugal e Espanha. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 7, n. 1, p. 273-290, jun. 2015.

CALIXTO, L.; BARBOSA, R. R.; LIMA, M. B. Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis versus internet. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, p. 84-95, jun. 2007.

CARVALHO, L. N.; KASSAI, J. R. Relato integrado: a nova revolução contábil. **Revista FIPECAFI**, v. 1, ago. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Resolução CFC 1.003 de 19.08.2004. Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental. Brasília: CFC, 2004. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003. Acesso em: 05 jun. 2019.

COSTA, L. B. A Contabilidade Ambiental na Evidenciação de Informações Socioambientais no Setor de Mineração de Companhias Abertas Listadas na BM&FBOVESPA. In: Encontro de Gestão e Negócios. **Anais eletrônicos...** Uberlândia, Minas Gerais, 2018.

CRUZ, C. V. O. A.; LIMA, G. A. S. F. de. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no brasil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 6, n. 1, p. 85-101, jan./mar. 2010.

FARIA, A. C. de; PEREIRA, R. da S. Disclosure de informações socioambientais pelas maiores empresas do segmento químico e petroquímico no Brasil, a partir da NBC T15. In: Anais do Enanpad, 33. **Anais...** São Paulo, São Paulo, 2009.

FREITAS, B. F. G. de; FREIRE, F. de S. Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 1, 2017.

FREITAS, D. P. da S.; OLEIRO, W. N. Contabilidade Ambiental: A Evidenciação nas Demonstrações Financeiras das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 1, n. 2, p. 65-81, dez./dez. 2010.

GASPARINO, M. F.; RIBEIRO, M. de S. Análise de relatórios de sustentabilidade, com ênfase na GRI: comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos EUA e Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 1, n. 1, p. 102-115, abr./abr. 2007.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade Ambiental como sistema de informações. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 133, p. 68-83, ago. 2011.

MACHADO, D. G. et al. Evidenciação de custos ambientais: um estudo multicaso de empresas do segmento de papel e celulose listadas na BM&FBOVESPA. 2015. **Revista Do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, v. 19, n. 2, p. 77-90, 2015.

MELLO, C. G. G.; HOLLNAGEL, H. C.; CEI, N. G. Evidenciação Ambiental Segundo a NBC T 15: Uma Análise em quatro empresas do setor de Energia Elétrica de 2006 a 2014. **Redeca**, v. 3, n. 2, p. 93-106, jul-dez. 2016. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/viewFile/31073/21752>. Acesso em: 15 maio 2019.

MONTEBELLO, A. E. **Configuração, reestruturação e mercado de trabalho do setor de celulose e papel no Brasil**. 2010. 172 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – ESALQ, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. São Paulo, 2002. 246 f. Tese [Doutorado em Controladoria e Contabilidade] – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (USP).

PEREIRA, F. E.; LUZ, J. R. de M.; CARVALHO, J. R. M. de. Evidenciação das informações ambientais das empresas do setor de energia elétrica do Brasil. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 60-72, mai./ago. 2015.

PICCOLI, M. R.; DUARTE, A. M.; LEDER, S. de S. Geração e distribuição das riquezas das empresas brasileiras: uma análise da demonstração do valor adicionado. **Anuário de Pesquisa e Extensão UNOESC**, Joaçaba, jan./dez. 2018.

RIBEIRO, M. de S. Uma reflexão sobre as oportunidades para a contabilidade ambiental. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, ed. Especial, p. 4-17, out. 2012.

RIBEIRO, V. C. et al. Contabilidade ambiental: visão teórica, definição e tendências. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em:
<http://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/download/136/142>. Acesso em: 27 abr. 2018.

RODRIGUES, J. J. M.; DUARTE, M. M. R. F. R. Relato da responsabilidade social, ambiente e competitividade: enquadramento teórico. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 7, n. 4, p. 138-155, out./dez., 2011

SANTOS, B. et al. Adesão dos balanços sociais publicados pelos CFC E CRCs das Regiões Sul e Sudeste do país à NBC T 15, na categoria de Recursos Humanos no ano de 2012.

Pensar Contábil, v. 17, n. 63, 2015. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/2560/2170>. Acesso em: 15 maio 2019.

SANTOS, B. J. D. et al. Adesão dos balanços sociais publicados pelos CFC E CRCs das Regiões Sul e Sudeste do país à NBC T 15, na categoria de Recursos Humanos no ano de 2012. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 63, p. 04-11, ago. 2015.

VERONEZE, M. V. et al. Percepção dos profissionais contábeis sobre a importância da contabilidade ambiental. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 5, n. 10, jul./dez. 2016.